

Reação à Palestra de P. Moila

Walter Altmann

Minha primeira palavra é o agradecimento ao colega Moila por sua criativa e desafiadora palestra, adequada a este encontro que pela primeira vez congrega teólogos luteranos do Terceiro Mundo para estudar e debater a teologia de Lutero, a partir de sua perspectiva específica. Temos sido sobretudo recebedores e consumidores de “teologias de Lutero” elaboradas freqüentemente, é bem verdade, com profundo conhecimento de causa e à base de recursos de pesquisa não disponíveis a nós, mas com igual freqüência sobre o pano de fundo de perguntas existenciais e contextos sociais que não são os nossos, escamoteando o que nos parece mais fundamental, a saber, as relações de dependência e os sistemas de opressão que regem em nosso mundo. Obviamente, seria errôneo e mesmo infantil querer xenofobamente considerar nosso lugar “geográfico” (Terceiro Mundo) como a matriz da produção teológica, rejeitando tudo quanto venha de outros continentes. Ao contrário, a própria palestra de Moila é comprovação de quão produtivamente se podem, em nossos contextos, aproveitar percepções teológicas elaboradas no mundo norte-atlântico, por exemplo, por Ulrich Duchrow e Franklin Sherman. Mas nunca podemos nos limitar a sermos meros reprodutores de teologia alheia. Ao contrário, devemos ser seus apropriadores criativos, a partir de nossa própria realidade e a serviço do compromisso de fé que temos assumido. E este, baseado em Jesus e seu reino, só pode estar centrado nas massas de pessoas, classes, raças e povos oprimidos e espoliados. “Terceiro Mundo” é, pois, menos lugar geográfico do que lugar econômico-social. É a partir dele que se nos impõe a tarefa — nada fácil, por certo, mas indispensável — de relermos Lutero e sua teologia. Ainda tateamos hesitantes e inseguros nessa empreitada; oxalá este encontro nos dê novo ânimo, novo impulso e novas percepções para essa tarefa.

Sinto-me concorde com Moila em suas colocações essenciais. Minhas considerações serão mais de complemento e de abertura de nosso diálogo do que de crítica. Nesse complemento haverá, contudo, aqui e acolá, ênfases diferentes.

1. Metodologicamente, Moila renuncia de antemão a uma posição de pretensa neutralidade. Ao contrário, seu compromisso fica evidente ao longo de todo o trabalho. Parte da condição humana no Terceiro Mundo, que ele caracteriza como marcada por “opressão, desigualdade e cativoiro”,

causada por sistemas de dominação econômica, fruto de uma história do colonialismo, que têm colocado em jogo “a morte ou vida de seres humanos”.

Em outras palavras, a pobreza do Terceiro Mundo está inexoravelmente vinculada ao crescimento econômico do Primeiro Mundo. Assim, o subdesenvolvimento deveria ser visto simplesmente como um subproduto do desenvolvimento.

A meu ver, esse aspecto poderia e deveria ter sido expandido, no sentido de se apontar mais explicitamente também para o fenômeno de reprodução das estruturas de dependência e exploração dentro do Terceiro Mundo (e mesmo no Primeiro Mundo), levando nossa atenção à questão de classes sociais. Apenas esses mecanismos de reprodução dentro do Terceiro Mundo permitiram que “a fase da nova dependência”, ou seja, a internacionalização a nível mundial do capitalismo transnacional, levasse também à independência política das novas nações africanas, assim como a independência política das nações latino-americanas no início do século XIX se deu no contexto da expansão capitalista industrial britânica. Em suma: requerem atenção igual, inclusive em sua interconexão, as estruturas de opressão internacional e as internas do Terceiro Mundo.

2. Como quer que seja, esse é o contexto em que Moila reexamina a teologia de Lutero. No final, retoma seu lugar e compromisso, concluindo:

Instituições sociais malignas freqüentemente deverão ser mudadas, desmanteladas e substituídas, de modo que o amor e a justiça possam ser servidos. Portanto, para os adoradores de um Deus ativo e continuamente criador, transformações iconoclásticas e inovadoras serão inevitáveis nos países em formação no Terceiro Mundo.

Estabelecendo-se a necessidade de transformações “inevitáveis”, talvez se devesse mesmo suprimir a palavra “freqüentemente” na frase anterior. Como quer que seja, Moila chega, no fim, a uma proposta condizente com o quadro que traçou a princípio. Fecha-se hermeneuticamente seu círculo, dando-lhe consistência.

Eu gostaria que, no diálogo, pudéssemos aprofundar a questão de como, mais concretamente, se poderiam dar essas “transformações sociais iconoclásticas e inovadoras” e quem seriam seus agentes. A teologia da libertação, inspirada pela práxis de Jesus de Nazaré e apoiada em resultados de análise social, tem assinalado as pessoas pobres e oprimidas, juntamente com todas as pessoas que lhes são concretamente solidárias, como os agentes fundamentais de transformação. Suas lutas se dão através dos assim chamados “movimentos populares”, movimentos comunitários e coletivos de reivindicações e defesa de direitos, de luta por mudanças estruturais. Que significa isso para nossos países (e nossas igrejas)?

Em particular, me parece significativo um diálogo que pudéssemos estabelecer entre a realidade latino-americana e a sul-africana. Como se relacionam as questões racial e social? O “desenvolvimento” de um país co-

mo o Brasil repousou decisivamente sobre a exploração da mão-de-obra escrava negra. Neste 1988, em que a “oficialidade” brasileira comemorou os cem anos da “abolição” da escravatura, as pessoas negras ainda são, apesar da inexistência de sistemas de segregação e consequentes ideologias de sustentação, as vítimas preferenciais da exploração econômica. Quais são essas perspectivas na África do Sul, país que mantém, com apoio externo político, econômico e de recursos militares, o abominável e aviltante sistema e ideologia do *apartheid*?

3. Destacamos o ponto de partida e o de chegada da palestra de Moila, bem como sua coerência. No entanto, alguém poderia se perguntar se a teologia de Lutero realmente se presta para esse fim. Ou teria ela sido usada artificialmente para tanto na palestra? Pois bem, neste ponto reside o mérito maior da exposição de Moila. Ela soube resgatar o dinamismo e o vigor da teologia de Lutero. Já o conceito de “reinado”, em vez de “reino”, expressa esse fato. Mais importante, porém, é que Moila conseguiu convincentemente esboçar as múltiplas distinções feitas por Lutero (“reinos/regimentos”, “estados”, “hierarquias”, “ordem espiritual e secular”), inclusive em suas complicadas interconexões, realçando como perspectiva dominante sempre o reinado de Deus em confronto com os poderes demoníacos, ou seja, um combate da justiça contra a alienação e a opressão, não anulando mas, pelo contrário, englobando uma práxis de combate por parte das pessoas cristãs.

Se isto é assim — e me parece evidente ser assim em Lutero —, então Moila não se serviu ilegitimamente de Lutero como justificação ideológica de seu compromisso, mas, pelo contrário, incorporou a teologia de Lutero criativa e adequadamente a seu compromisso de cristão. Aliás, é interessante notar como quem tem a honestidade de manifestar seu compromisso de fé e amor, fazendo teologia como parte integrante desse compromisso, se vê exposto à acusação de utilizar a teologia ilegitimamente para fins alheios a ela.

Perguntemo-nos, porém: para que afinal serve a teologia como um fim em si mesma? Ademais, inversamente e em face de abundante testemunho em contrário nos textos e na vida de Lutero, em que consiste a pretensa “objetividade” daquelas análises que pensam poder dispensar qualquer análise contextual e exposição de compromissos, para então desenvolver uma teologia de Lutero estática, de “dois reinos” separados e estanques, de separação de Igreja e Estado, de autonomia absoluta da ordem secular, de redução da Igreja à ordem privada, de compreensão da dimensão espiritual como desvinculada da vida concreta e material, de imposição de uma perspectiva de interpretação no eixo ordem-caos?

Qual é o compromisso inconsciente ou inconfessado que está por trás de todas essas dicotomias e reducionismos do pensamento de Lutero, deixando de lado precisamente o essencial, o reinado ativo de Deus através das assim chamadas ordens, dos “estados” e das “hierarquias”? Não é

um compromisso (outra vez: inconsciente ou inconfessado) com o estado vigente, em nosso caso, com a ordem capitalista? Pois a esta interessa, obviamente, uma teologia que ponha de lado o reinado ativo e transformador de Deus, que esqueça e/ou desconsidere os poderes demoníacos em nossa sociedade e que, inversamente, privatize e espiritualize a fé, confine a atuação da Igreja a uma espiritualidade desvinculada do mundo, enfatize a autonomia da esfera secular e absolutize o conceito da ordem.

Em contraposição a todos esses compromissos não-declarados, é de inestimável valor um resgate de Lutero e sua teologia desse cativo, nos moldes desenvolvidos por Moila, inclusive relacionando-o criativamente com a ortodoxia luterana (reinos do poder, da graça e da glória), bem como com o debate teológico das últimas décadas em torno do reino de Deus (presente, futuro e prolepticamente presente).

4. No entanto, perguntemo-nos também pelas razões que levaram à transformação da teologia dinâmica de Lutero em teologia estática, de teologia dialética em teologia de dualismos, de teologia profética em teologia estabilizadora de ordens vigentes. Gostaria que Moila tivesse se reportado a esse tópico. Não posso me estender a esse respeito neste ponto. Mas parece-me que a razão mais profunda reside na constituição de igrejas luteranas territoriais, desembocando na formação de igrejas estatais. Lutero tem sua parcela de responsabilidade nesse processo, na medida em que confiou aos príncipes (emergencialmente, como pensava) a organização da Igreja reformada. Ademais, herdeiro da concepção medieval nesse ponto, Lutero também manteve uma visão basicamente hierárquica da sociedade e, embora numa penosa evolução tivesse chegado a abrir certas brechas nesse esquema de pensamento, de modo algum chegou (nem poderia chegar) à concepção fundamental de que o Estado é constituído pelo povo e a ele deve estar sujeito. Aí temos que avançar além de Lutero.

Essa questão se torna importante para a reflexão sobre o papel da Igreja. Com apoio em Sherman, Moila desenvolve o conceito de Igreja como o âmbito em que “o poder do reino vindouro é experimentado prolepticamente”. Essa colocação, no entanto, permanece idealista quando não confrontada com a questão do papel social efetivo desempenhado pela(s) igreja(s) concreta(s). Ou seja, faz-se necessária uma análise da questão da estrutura das igrejas. Certamente, Moila não o nega e estaria em condições de refletir a esse respeito, a partir da dolorosa experiência das igrejas que hereticamente dão sustentação pseudoteológica ao sistema do *apartheid*. Aliás, Moila expressa o desejo de que suas colocações possam ser uma contribuição para as igrejas luteranas serem dinâmicas, ou seja, um instrumento para a libertação de pessoas do poder do pecado e de estruturas injustas. Essa reflexão e esse empenho são dolorosos na maioria das igrejas; os elementos teológicos de Lutero, como resgatados por Moila, são auxílio importante nesta tarefa.

5. Uma última observação quanto à relação entre teologia de Lutero e teologia da libertação: é confortante, como latino-americano, ver com quanta desenvoltura Moila faz uso de importantes representantes da teologia latino-americana. De fato, é uma importante tarefa desmistificar a concepção muito difundida de que há uma contradição fundamental entre teologia de Lutero e teologia da libertação. Assim como o faz Moila, de fato podem-se encontrar muitos paralelos entre ambas, naturalmente considerados os diferentes contextos históricos. Talvez, porém, o caminho de interpretar Lutero primeiramente através de autores da teologia da libertação e depois a partir do próprio Lutero não seja necessariamente o mais feliz. Pois creio que também devemos e podemos superar a fase da “paralelização” entre teologia de Lutero e teologia da libertação, para engajar-nos num frutífero diálogo entre ambas. Acredito, por exemplo, que justamente o complexo conjunto de distinções (sem dicotomias!) feitas por Lutero, quanto ao reinado de Deus, poderia ser um subsídio teológico importante para o povo de Deus na questão da sua inserção no movimento popular, além das fronteiras institucionais eclesiásticas, e do uso dos instrumentos políticos para a consecução das transformações sociais iconoclásticas e inovadoras propostas por Moila. Também essa questão poderia merecer nosso aprofundamento em nosso diálogo.

Mais uma vez, por suas colocações de base e pela motivação a essas questões complementares, nosso “muito obrigado” ao palestrante.